



Ata Nº09/2020

LDO 2021 Plenária Conjunta com CMAS

Aos cinco dias do mês de Agosto de 2020, reuniram-se os conselheiros de direito para a plenária ordinária do mês, em plataforma virtual do Google Meet. A presidente Márcia deu as boas vindas a todos e todas. Lembra que as OSCs deverão entregar o Relatório de Atividades conjunto do CMAS e Comdedica até 31 de Agosto próximo. Hoje serão trazidas as LDOs da SDS, Saúde, Educação, Esporte e Cultura. Os conselheiros do CMAS terão que aprovar apenas a LDO da SDS, estando liberados logo após. A Sra Valéria Dunke, contadora da SDS, apresenta o resumo do orçamento da secretaria. Todos orçamentos foram enviados aos conselheiros, por e-mail, para que fizessem a leitura e trouxessem sua contribuição. O valor total para a secretaria é de R\$ 21.757.272,00, destes, R\$ 16.997.272,00 são Recursos Livres fixados pela Fazenda e R\$ 4.760.000,00 são Recursos Vinculados. O orçamento foi dividido em Unidades Orçamentárias, sendo a Unidade 1 – Gestão e Administração da SDS, com valor de R\$ 490.500,00 de recursos vinculados e R\$ 4.962.272,00 de Recursos Livres. Unidade 2 – proteção Social Básica com R\$ 2.329.500 Recursos Vinculados e Recursos Livres R\$ 4.035.000,00. Unidade 3 – Proteção Social Especial – R\$ 1.680.000,00 Vinculado e Livre R\$ 7.920.000,00. Unidade 4 – Gestão do Bolsa Família e Cadastro Único – R\$ 260.000,00 recursos vinculados. Fundos Municipais – CMAS, Da Criança e Adolescente, foi atribuído o valor de R\$ 1 milhão, sendo que o valor de R\$ 500 mil é para apoio à Rede Social Básica, R\$ 100 mil para CMAS, R\$ 200 mil para Alta Complexidade e R\$ 200 mil para Média Complexidade. Charles Pranke fala o que há de novo na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram mantidos Projetos e atividades, entre gestão e administrativo. Programas de Financiamento ao combate à Covid-19 foram incluídos, mas com valores menores para 2021. A presidente Márcia fala sobre o Fundo Municipal da Assistência, que no ano anterior foi solicitado que fosse uma Unidade Orçamentária. Também foi discutido sobre o FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos de Criança e Adolescentes, por ser recursos de captação, não é para apoio à Rede Social Básica. Fernanda Glienke, CMAS, traz o quanto seria importante o CMAS participar da construção desse orçamento. Fabiane Asquidamini, PROAME, questiona - Temos recurso considerável para orçamento? Com a nova realidade, se temos um orçamento muito próximo ao do ano anterior, teremos desafios para 2021. Márcia relata que quando se previu orçamento para a Pandemia, foi remanejado de outras rubricas. Charles diz que, excluindo o destinado à Covid-19, teve um reajuste de 6 a 7% sobre os valores de 2020. Também fala que no valor do CREPAR tem que fazer correção, passando para R\$ 74 mil, acrescentando R\$ 34 mil no código 2302. Sobre fazer do Fundo do CMAS uma unidade orçamentária, devido às emergências surgidas pela pandemia, foi pedido sem tempo hábil à Fazenda. Valéria comenta que os recursos vinculados estão vindo com muito atraso, nem sempre vindo o valor esperado, e todo o orçamento foi planejado com base no de 2020. Ressaltando que são expectativas de arrecadação com base no ano anterior. Feitas várias colocações e ressaltada a importância do conselho participar da construção do Orçamento, fica a sugestão que no próximo ano já se reúna em fevereiro, grupo para participar da construção da LDO de 2022. Fernanda ainda questiona sobre o Centro POP, que foi desativado, só tendo valor na rubrica para eventual empenho. Lucirene fala que não foi votado pelo fechamento no CMAS. Loreto diz que ficou muito claro o fechamento do Centro POP e foi comunicado aos órgãos a respeito. A contrapartida do governo foi aumentar as vagas para o acolhimento-CREPAR. O CMAS fará a recomendação pelo Centro POP. Colocado em votação a LDO da SDS, com a recomendação de transformar o Fundo da Assistência em Unidade Orçamentária, aprovada pelos Conselheiros do Comdedica com uma abstenção. A alteração vai requerer alteração da legislação para regulamentar. Fabi Luz, SDS, informa que o fechamento do Centro POP teve resolução 03/2020 de 12/02/2020. Entretanto, a presidente do CMAS afirma não ter ocorrido votação, sendo que será encaminhada pauta na próxima plenária

para esclarecimento. O sr. Uassu com a palavra sobre o encaminhamento do processo para transformar o Fundo da Assistência em Unidade Orçamentária, como preconiza o NOB SUAS, explica que isso envolve cargos administrativos e alteração da lei com aprovação da Câmara e que, quando a SDS solicitou, pelo prazo exíguo, era inviável. Sugere que o início do processo de construção do orçamento da SDS se inicie logo no começo do ano, pois a Fazenda, por volta de Maio/Junho, com os valores de arrecadação, fará a distribuição dos valores para as secretarias. A Fazenda e Gabinete do prefeito ficam com a responsabilidade de provocar a discussão junto a Gestão.

LDO da Secretaria da Saúde – apresentada por Márcio Rigol, contador e Patricia Basotti. Valor estimado de recursos Federal e Estadual, R\$ 39.217.561,88. Valor estimado de recursos próprios R\$ 63.165.346,50, mais os recursos para o Hospital – Federal e estadual, de R\$ 41.019.288,76. Na Proteção Básica está “Atenção aos Povos Indígenas” onde serão mantidos os mesmos projetos. No orçamento foi suprimido o programa “Mais Médicos” - que foi a única alteração. Liga e Alurel foi mantido, também a UPA que é tripartite. Saúde na Escola com recurso Federal de R\$ 110mil, e Convênios, R\$ 205.650,00. R\$ 300 mil para Vigilância em Saúde, recurso federal. Judicialização destinado R\$ 1 milhão, folha de pagamento R\$ 55.646.000,00 de recursos próprio e R\$ 5 milhões de recursos vinculados. O repasse ao Hospital foi reajustado em 3,5%, com R\$ 31.998.003,64 milhões de recurso federal. Foram apresentadas as principais ações. Fabiane questiona sobre recursos para o CRAI, pois já fazem 3 anos que discutimos. No Plano Decenal que está sendo construído, isso aparece com bastante ênfase. Patricia não sabe informar, mas promete dar retorno. A presidente Márcia lembra que no ano anterior também não constava e foi acrescentado por recomendação deste Conselho, pois havia emenda parlamentar para esse fim. Esse recurso foi remanejado? Patricia levará essa questão ao secretário. Márcio observa que no orçamento há uma divisão das emendas parlamentares na Atenção Básica e Média Complexidade. Colocado em votação com a recomendação da inclusão do CRAI novamente, aprovado pelos conselheiros.

LDO Educação – apresentado por Joceane Gasparetto, diretora financeira, possui orçamento de R\$ 225.426.400,00 sendo que a maior parte vem do FUNDEB. PNAI R\$ 2,09 milhões, PAC R\$ 817 mil - aqui houve redução ficando dentro do que realmente acontece. As despesas cresceram 7,92% em função do aumento do número de estudantes no município: 57% do orçamento é do Ensino Fundamental, 31% para Educação Infantil, 4,23% para educação especial e 0,54% para EJA. Para combate e enfrentamento do COVID19 foi destinado R\$ 320 mil. Recursos para representação de estudantes no exterior, R\$ 100 mil. Não consta no orçamento R\$ 800 mil para aquisição de equipamentos de tecnologia para qualificar as escolas. Temos licitação em andamento para compra de tapetes higienizadores, álcool gel, etc, dentro do material de limpeza que se encaixa no Salário Educação. A presidente abre para perguntas e questionamentos. Não havendo proposições ou sugestões, coloca a LDO em votação: aprovada pelos Conselheiros.

LDO da Secretaria de Esportes – apresentado por Cristian Jonathan. A secretaria tem o orçamento de R\$ 2.207.646,17, sendo que o destinado à folha de pagamento é o valor de R\$ 1.042.314,40. Para manutenção da secretaria, R\$ 11 mil reais. Os projetos de 2020 permanecerão para 2021. Para compras de equipamento, R\$ 150 mil de Emenda Parlamentar. Para Campeonato de crianças e adolescentes, R\$ 45.049,46. Fundo Municipal desportivo, R\$ 5 mil. R\$ 300 mil para construção de quadra esportiva, de Emenda Parlamentar. A secretaria atua com parcerias com Educação e Direitos Humanos e doações. Fabiane, Proame, atenta para a importância desta secretaria que será demonstrada no Plano Decenal. É temerário a discussão de políticas públicas intermediadas por doações e investimento de parcerias com setor privado ou pessoas físicas, visto que isso fragiliza e naturaliza o desmonte das política públicas. Entende que são articulações para que sejam realizadas mais ações de esporte e lazer na cidade, porém as ações precisam ser pensadas em termos de gastos públicos, e de políticas públicas. É função deste conselho problematizar os baixos orçamentos em política de esporte e lazer, pois essa é uma demanda feita pelos adolescentes e que irá aparecer no Plano Decenal. Esporte, lazer e cultura são ações que garantem acesso a cidade e cidadania de crianças e adolescentes, e que precisam ser priorizadas no município. A presidente ressalta que deve haver um olhar especial para essa política, valorizar e qualificar. Pede a palavra o sr. Uassu, da Secretaria da Fazenda, complementando a fala do Cristian, que a previsão do orçamento é

construída acima da expectativa de arrecadação. O orçamento está muito dentro da realidade, levando em conta recursos que não recebemos, o crescimento das despesas e o não crescimento da arrecadação. O município precisa começar a pensar em diminuir a Estrutura Administrativa em relação ao que arrecada. Tudo reflete na previsão e projeção do Orçamento. É dado às secretarias o que está disponível para cada uma e dentro dos valores, se distribui as ações. Em seguida vem o LOA, onde tudo será mais especificado e não adianta ter um grande número de ações que não conseguirão ser implementadas. A presidente coloca que o Conselho está aqui para dizer o que precisamos para a Política de Defesa de crianças e adolescentes, pois o Poder Público tem grande responsabilidade sobre essa população. Infelizmente sabemos que o recurso é escasso. Márcia coloca em votação a LDO da secretaria de esporte: Aprovado. **LDO da Secretaria de Cultura**, apresentado por Marco Filipin. A secretaria possui o orçamento de R\$ 4.799.161,11, sendo que para a folha é destinado R\$ 2.801.606,11, sendo do recurso livre R\$ 546.309,27 e vinculado, R\$ 1.997.555,00. As obras de manutenção já iniciadas seguirão em 2021. Para o Fundo Municipal da Cultura é destinado R\$ 74 mil. Para auxílio emergencial aos trabalhadores em atividades culturais está sendo aguardada verba de R\$ 1.500.000,00. R\$ 177 mil para Projeto “Festival da Cultura Popular”. Márcia pergunta sobre acessibilidade à internet para as comunidades, se a Cultura tem projeto ou ação nesse sentido. Marco responde que não saberia onde isso poderia ser colocado, Márcia fala da proposta de Ação nas Comunidades, o acesso à internet nas praças. Marco alega que nesse momento não é viável internet nas praças para evitar aglomerações. Também fala sobre o impacto que a pandemia trouxe para o setor cultural. Na semana de São Leopoldo foram apresentados vários projetos culturais pela internet. A Lei Aldir Blanc vai alavancar essa realidade, porque o isolamento vai continuar em 2021. A secretaria está com o desafio de oficinas, aulas de dança e música, contação de história, tutoriais pelo YouTube e Facebook. A presidente fala exatamente sobre isso, como a população mais vulnerável terá acesso a esses conteúdos, se não possuem internet que seja compatível? Pergunta se pode ser colocado esse desafio para a Cultura de como fazer chegar à população esses produtos. Marco considera complicado, teria que fazer uma consulta técnica para avaliar custos e o total do público que se quer abranger. Existe a preocupação, mas a questão do custo e orçamento da secretaria já se torna incompatível visto o alto grau de investimento que se teria que fazer. Daniel Boeira, Gabinete, fala que esse tema tem que ser levado à Educação e outras secretarias. Há 30 mil alunos na Rede Municipal e 20 mil da Rede Estadual, as aulas virtuais agravarão esse problema. E fica com a responsabilidade de pautar junto a Gestão, avaliando a possibilidade de incluir no recurso da Lei Aldir Blanc. Isso requer planejamento. Lucirene Leite, Talitha Kum, pergunta sobre a restauração da casa do Imigrante. Marco responde que essa é de responsabilidade do Museu Histórico, sendo que o Museu tem convênio com o município, que também será contemplada pela Lei Aldir Blanc, mas não será destinado à essa reforma, que terá que ter captação de outros meios. Colocado em votação: aprovado. A presidente retoma a palavra, agradecendo a participação de todos e todas e marcando a plenária extraordinária para 19 deste mês, para as pautas do Conselho. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a plenária, da qual, para constar, eu, Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.